

FRANKENSTEIN INCONTROLÁVEIS

A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil, de Adalberto Moreira Cardoso. São Paulo: Boitempo, 2003, 336 pp.

Caio Vasconcelos

Os artigos reunidos neste livro examinam as conseqüências das reformas neoliberais da década de 1990 para o universo sindical brasileiro. A preocupação que motiva as investigações do autor é dada pela seguinte questão: a crise enfrentada pelos sindicatos em âmbito mundial — evidenciada pela queda das taxas de greves e filiação sindical — se circunscreve à inevitabilidade das intensas mudanças econômicas trazidas pela globalização ou ainda lhes resta espaço de ação política para alterar os rumos ditados pela lógica do capital? Para além das discussões estruturais, Adalberto Cardoso propõe uma perspectiva analítica que permita examinar as possibilidades abertas para a atuação dos agentes. Dessa forma, o foco das análises recai nas estratégias de ação adotadas por importantes entidades do movimento sindical brasileiro.

Escapando à tendência das análises sobre a crise sindical, que enfatizam o caráter incontrolável das forças da globalização, o autor destaca que o poder do movimento sindical nas sociedades capitalistas atuais nasce da capacidade de opor resistência às "forças cegas" que determinaram a "domesticação do mercado de trabalho" e a "desmercantilização da força de trabalho" (p. 27). Assim, já na Introdução é admitido o pressuposto de que, apesar do peso de determinações mais gerais, sempre há espaço para a atuação consciente dos agentes.

Partindo da constatação de que o padrão das relações de classe no Brasil passou por transformações significativas nos últimos anos, Cardoso procura entender de que modo esse processo repercutiu sobre o movimento sindical. Em boa parte dos textos ele expõe os fatores que contribuíram para que os sindicatos e as centrais sindicais fossem aos poucos perdendo a capacidade de oferecer alternativas viáveis às ofensivas neoliberais, deixando assim de ocupar o centro da arena política brasileira.

Durante a década de 1980 o chamado "novo sindicalismo" encontrou um cenário propício para a mobilização dos trabalhadores, num processo fundamental para a consolidação do movimento sindical no Brasil. Temas como a resistência ao "sistema político ilegítimo", a democratização das relações de trabalho, conquistas de direitos ou correção salarial

foram a tônica da agenda sindical nesse período. A partir dos anos 1990, contudo, as reformas liberais determinaram profundas mudanças na configuração do mercado de trabalho brasileiro. Em meio a um contexto de acentuada redução da taxa de assalariados com carteira assinada, intenso deslocamento do emprego industrial para o setor de comércio e serviços e rescudescimento do desemprego estrutural, aumentou drasticamente o grau de incerteza dos trabalhadores. O ímpeto contestatório, marca do movimento sindical nos anos anteriores, arrefeceu sensivelmente. Com suas tradicionais bases de sustentação bastante atingidas, o sindicalismo brasileiro passou a enfrentar uma situação de instabilidade.

Ao examinar o desempenho da CUT e da Força Sindical, o autor afirma que nem uma nem outra foram capazes de resistir e apresentar alternativas às investidas neoliberais. A CUT imprimiu intensas mudanças na sua estratégia de ação na década de 1990. Apesar de manter a tática de pressionar o sistema político a partir de fora (a qual voltou a se fortalecer após 1998), adotou, desde a instituição das câmaras setoriais, postura mais participativa, apostando alto em propostas de "formulação democrática de políticas públicas no interior do aparelho de Estado" (p. 69). A central acreditava que iniciativas de intervenção macroeconômica eram necessárias para que os sindicatos não restringissem suas ações a reações ante as "forças cegas e incontroláveis", mas a experiência das câmaras setoriais acaba redundando em frustração e, como assinala o autor, na perda de influência interna de Vicentinho, presidente da central à época. Dessa maneira, entre 1995 e 1997 a CUT viveu um período de indefinição, perdendo o posto de principal oponente do neoliberalismo.

A estratégia adotada pela Forças Sindical para se afirmar como alternativa ao sindicalismo cutista — e incrementar sua participação no mercado sindical — consistiu em obter recursos financeiros e políticos por meio de apoio a certas iniciativas governamentais. Seguindo essa linha de ação a FS se via numa situação paradoxal, pois apoiava medidas prejudiciais às suas bases de sustentação, sobretudo em termos de precarização do trabalho. Nas palavras do autor, dava "um tiro no próprio pé" (p. 66).

Não obstante as diferenças, as estratégias de ambas as centrais se mostraram insuficientes para enfrentar os desafios da década de 1990. Notadamente, não conseguiram reverter o processo de precarização e informalização do trabalho e as crescentes

taxas de desemprego, fatores que estiveram na base a perda da centralidade do movimento sindical na arena política brasileira. Outros fatores destacados pelo autor remetem à consolidação da democracia no país, ao processo de "despolitização da economia" e à crescente tendência à "judicialização" das relações de classe.

Segundo o autor, com o aprofundamento da democracia constituíram-se atores políticos especializados (sobretudo partidos) que ocuparam lugar central na arena política. Assim, não haveria mais lugar para uma instituição desempenhar um papel como o que a CUT exercera na década de 1980. Em que pese a pertinência desse argumento, convém ressaltar que o surgimento do MST, salientado pelo próprio autor, constitui um núcleo de criação de identidades políticas que, embora sem o mesmo peso da CUT nos anos 1980, assumiria relevante papel de resistência.

Já o processo de "despolitização da economia" traria graves conseqüências para a própria sociabilidade no mundo capitalista. Cardoso argumenta que essa tendência se traduz em movimentos de "remercantilização" da força do trabalho e de privatização das relações trabalhistas. Com isso, imbrica-se até a raiz com a hegemonia neoliberal e abala a representatividade dos sindicatos: "A despolitização da economia, ao aumentar muito a sensação de insegurança socioeconômica, limita (embora não torne exclusivo) o âmbito da atuação sindical à salvaguarda das posições de mercado de seus representados, o que reduz o potencial expressivo, identitário ou simplesmente político da ação dos sindicatos" (pp. 291-92).

A questão do direito do trabalho está na raiz da "judicialização" ora em curso nas relações trabalhistas. O autor defende reiteradas vezes a importância de incursões à teoria jurídica e aos processos judiciais e legislativos para as análises sociológicas sobre sindicalismo e relações trabalhistas no Brasil. A explosão das demandas trabalhistas nos últimos anos no país, demonstrada em detalhe no livro, exemplifica bem essa orientação. Cardoso demonstra que a Justiça do Trabalho e as esferas legislativas constituem os principais campos em que se trava a luta de classes no Brasil. Num contexto em que os órgãos de fiscalização e o movimento sindical se mostram incapazes de fazer valer a legislação e a classe empresarial busca flexibilizar cada vez mais o mercado de trabalho, o recurso jurídico seria a principal alternativa para os trabalhadores. Nas palavras do autor,

"capital e trabalho defrontaram-se não mais (ou não mais primordialmente) por meio de mecanismos de representação coletiva, como sindicatos, comissões de empresa ou centrais sindicais, mas, cada vez mais, pela mediação de advogados e juizes do trabalho, intérpretes do direito" (pp. 190-91).

Acompanhando as transformações do mercado de trabalho, os sindicatos tenderam a abandonar as categorias mais expostas às políticas neoliberais (sobretudo os setores industrial e bancário) e a se concentrar naquelas com maior poder de barganha (profissionais das áreas de educação e saúde e funcionários públicos em geral), numa atitude de conivência que teve repercussão direta sobre sua legitimidade. É isso o que mostra Cardoso ao analisar o desempenho dos sindicatos como avalistas da segurança socioeconômica de seus associados. Numa década em que os sindicatos se mostraram incapazes de negociar acordos coletivos para além da legislação (muitas vezes não conseguiram nem mesmo manter direitos conquistados), os trabalhadores filiados deixaram de ver nos sindicatos instâncias capazes de lhes propiciar segurança socioeconômica. Dados recentes apresentados pelo autor indicam que 59% dos trabalhadores associados consideram os sindicatos instituições não-confiáveis, em contraste com dados de pesquisas do Ibope referentes a 1990, segundo os quais os sindicatos eram tidos, ao lado da Igreja Católica, do Judiciário e do rádio, como as entidades mais confiáveis do país. Eis um elemento claro da

situação adversa em que hoje se encontra o movimento sindical brasileiro.

Na Conclusão, ao retomar os temas centrais discutidos ao longo do livro, Cardoso afirma que na década de 1990 o mercado formal — embora nunca tenha abarcado a totalidade dos trabalhadores — deixou de estruturar as relações entre trabalhadores e empregadores. Assim, a "promessa integradora" dos anos anteriores se viu rompida, ao passo que a estrutura sindical, com a explosão do número de entidades de representação e a conseqüente fragmentação das bases sindicais, revelou-se um "Frankenstein incontrolável".

Sob essas condições amplamente adversas, o movimento sindical foi atingido em sua capacidade de "representar eficazmente interesses e de galvanizar identidades coletivas" (p. 305). Acomodando-se à estrutura sindical "frankensteiniana", acabou optando por postergar pressões por reformas para períodos menos críticos. Como frisa o autor ao fim do livro, cabe indagar se após todos esses anos de hegemonia neoliberal o movimento sindical logrará restituir o ânimo reformador pré-1994. Questão que se mostra fundamental não apenas para o mundo do trabalho, mas para a democracia e a sociabilidade em geral, que não podem prescindir de mecanismos eficazes de representação de interesses.

Caio Vasconcelos é graduando do curso de Ciências Sociais da USP.